

PROVA 2001

EXAME NACIONAL DE CURSOS

PROVA ①

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções

1- Você está recebendo:

a) este caderno com o enunciado das questões **discursivas**, **objetivas** e relativas às suas impressões sobre a prova, obedecendo à seguinte distribuição:

Partes	Questões	Páginas	Peso de cada parte
Questões discursivas	1 a 5	2	50%
Rascunho das questões discursivas	1 a 5	3	
Questões objetivas	1 a 40	4 a 9	50%
Impressões sobre a prova	41 a 50	10	

b) 1 Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas e de impressões sobre a prova. O desenvolvimento e as respostas das questões discursivas, a caneta esferográfica de tinta preta, deverão ser dispostos nos espaços especificados.

2- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome na Folha de Respostas está correto. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos Responsáveis pela sala.

3- Após a conferência, você deverá assinar a Folha de Respostas, a caneta esferográfica de tinta preta, e assinalar o gabarito correspondente à sua prova ①, ②, ③ ou ④. Deixar de assinalar o gabarito implica anulação da parte objetiva da prova.

4- Na Folha de Respostas, a marcação das letras, correspondentes às suas respostas (apenas uma resposta por questão), deve ser feita preenchendo todo o alvéolo a lápis preto Nº 2 ou a caneta esferográfica de tinta preta, com um traço contínuo e denso.

Exemplo: A B C D E

5- Tenha cuidado com a Folha de Respostas, para não a dobrar, amassar ou manchar.

6- Esta prova é individual, sendo vedadas qualquer comunicação e troca de material entre os presentes ou utilização de calculadora.

7- Será permitida consulta a bibliografia impressa.

8- Você pode levar este Caderno de Questões.

9- Quando terminar, entregue a um dos Responsáveis pela sala a Folha de Respostas e assine a Lista de Presença. Cabe esclarecer que nenhum graduando deverá retirar-se da sala antes de decorridos 90 (noventa) minutos do início do Exame.

OBS.: Caso ainda não o tenha feito, entregue ao Responsável pela sala as respostas da Pesquisa e as eventuais correções dos seus dados cadastrais. Se não tiver trazido as respostas da Pesquisa você poderá enviá-las diretamente ao INEP (Edifício - Sede do MEC, Anexo I - Esplanada dos Ministérios, Bloco "L" - Brasília, DF - CEP 70047-900).

10- Você terá 4 (quatro) horas para responder às questões discursivas, objetivas e de impressões sobre a prova.

DIREITO

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!

Atenção:

- Devem ser respondidas somente duas das cinco questões propostas.
- Uma das questões deverá ser respondida na frente da Folha de Respostas e a outra no verso.
- Assinale, na frente e no verso, o número correspondente à questão escolhida.
- Valor de cada questão 50,0 pontos.

Questão 1

"A vida do direito no seio da humanidade, diz Pessina, requer duas grandes condições para o seu aperfeiçoamento, isto é, a *arte* e a *ciência*. Cronologicamente a arte antecede a ciência, porém vai melhorando com o surgir e progredir da ciência mesma, assim como na vida econômica do gênero humano, a arte transformadora da natureza precedeu o conhecimento científico dos fenômenos naturais, para depois aproveitar-se das vitórias alcançadas com o surgir e progredir de uma ciência da natureza."

(Tobias Barreto. Estudos de Direito)

A partir da Filosofia do Direito e da Sociologia Jurídica discuta como a arte e a ciência podem ser condições para o aperfeiçoamento do Direito.

Questão 2

Em área coberta por mata nativa, situada em determinado Estado, a União Federal resolve edificar usina hidrelétrica. Para tanto, deve proceder ao represamento de rio, que corre exclusivamente dentro desse Estado, sem contato com território estrangeiro, banhando áreas de domínio privado e público estadual. O represamento causará a inundação da área da mata nativa. Considerando que a obra trará significativos benefícios ao Estado em que estará localizada e à sua população, seja por aumentar o fornecimento de energia elétrica, seja por valorizar todas as terras marginais à represa, a União anuncia pela imprensa que instituirá contribuição de melhoria, a ser cobrada do Estado em questão e dos particulares beneficiados.

Analise a possibilidade de cobrança da contribuição de melhoria anunciada. E, em relação aos reflexos de degradação ambiental da obra, indique, de modo fundamentado, as medidas judiciais que o Estado e os particulares poderiam eventualmente mover contra a União.

Questão 3

José adquiriu uma geladeira em loja de eletrodomésticos, dividindo o pagamento em três cheques: um para desconto imediato e os outros dois para dali a 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias. Concordando com a forma de pagamento, o gerente da loja anotou em cada um dos dois últimos cheques as datas nas quais deveriam ser apresentados. No dia seguinte, José realizou outras compras de menor valor, em diversos estabelecimentos, mediante pagamento com cheques para desconto imediato, confiante na existência de saldo bancário para cobri-los. O comerciante, proprietário da loja de eletrodomésticos, necessitando de recursos financeiros, apresentou ao banco sacado, no mesmo dia da compra, todos os cheques, que foram pagos pelo banco. Em razão disso, os cheques dados por José, nas outras lojas, foram devolvidos por falta de provisão de fundos e protestados, ocasionando-lhe prejuízos materiais e morais.

Na condição de advogado de José, esclareça-o sobre eventual direito à indenização pelos danos materiais e morais e, ainda, se o comerciante e o banco são responsáveis por tais reparações.

Questão 4

Antonio trabalha na empresa Sempre Viva Ltda., na seguinte escala mensal de horário: nos primeiros dez dias, das 06:00 às 15:00 horas; nos dez dias seguintes, das 14:00 às 23:00 horas e, nos últimos dez dias, das 22:00 às 06:00 horas. Diariamente goza de intervalo de uma hora para refeição e descanso. Após seis dias de trabalho goza o repouso semanal remunerado. O artigo 7º, inciso XIV, da Constituição Federal assegura aos trabalhadores "*jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.*" Antonio, alegando trabalhar duas horas a mais, em razão do sistema de turnos ininterruptos de revezamento, pretende receber duas horas extraordinárias por dia, com adicional de 50%. A norma coletiva da categoria nada dispõe a respeito. A empresa nega-se a pagar as horas extraordinárias, entendendo que não se configura o sistema de turnos ininterruptos de revezamento, porque o intervalo para refeição e descanso e o repouso semanal remunerado descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos.

Na condição de advogado de Antonio, oriente-o quanto a eventual direito às horas extraordinárias diárias e, ainda, se a escala de horário caracteriza ou não o sistema de turnos ininterruptos de revezamento.

Questão 5

João desferiu tiros em Antonio, vindo a causar-lhe a morte. Ao ser ouvido perante a autoridade policial, João afirmou que agiu em legítima defesa, pois Antonio, dizendo que ia matá-lo, veio em sua direção com um facão e o derrubou. Então, em defesa própria, João atirou. Não fora localizada nenhuma testemunha presencial, mas os investigadores policiais souberam que Carlos, filho de João, presenciara o fato. Sendo intimado para prestar depoimento, Carlos se recusou a comparecer, pois sabia que a versão de seu pai não era verdadeira, tendo ele, na realidade, atirado em Antonio, de surpresa, porque este não pagara uma dívida. Inexistia, portanto, a situação de legítima defesa. Em virtude da atitude de Carlos, o Delegado de Polícia intimou-o novamente para comparecer à Delegacia, fazendo constar da intimação que, se não comparecesse, seria conduzido coercitivamente, e, caso se calasse ao ser perguntado sobre o fato, seria indiciado por falso testemunho.

Como advogado de Carlos, esclareça-o sobre a possibilidade de se recusar a depor e sobre a legalidade de eventual condução coercitiva e indiciamento por crime de falso testemunho.

2ª PARTE

1. Analise as seguintes idéias do conselheiro Aires, personagem do romance Esaú e Jacó, de Machado de Assis:

"Depois, imaginou que a grita da multidão protestante era filha de um velho instinto de resistência à autoridade. Advertiu que o homem, uma vez criado, desobedeceu logo ao Criador, que aliás lhe dera um paraíso para viver; mas não há paraíso que valha o gosto da oposição. Que o homem se acostume às leis, vá; que incline o colo à força e ao bel-prazer, vá também; é o que se dá com a planta, quando sopra o vento. Mas que abençoe a força e cumpra as leis sempre, sempre, sempre, é violar a liberdade primitiva, a liberdade do velho Adão. Ia assim cogitando o conselheiro Aires".

As considerações do conselheiro Aires contêm uma justificativa que pode ser vista como

- (A) jusnaturalista, para o exercício do poder de polícia em matéria de direitos fundamentais.
- (B) jusnaturalista, para a democracia direta.
- (C) jusnaturalista, para a prática da desobediência civil.
- (D) positivista, para a liberdade de consciência e crença.
- (E) positivista, para a liberdade de manifestação de pensamento.

2. Considere as seguintes afirmações sobre o Estado moderno:

- I. São seus elementos caracterizadores, segundo a doutrina tradicional, o povo, o território e a descentralização do poder.
- II. Seu surgimento é contemporâneo ao do sistema feudal de produção.
- III. O contexto político em que ele surge caracterizava-se, dentre outros fatos, pela recusa de certos monarcas a sujeitarem-se ao poder do Papa.
- IV. Seu surgimento antecede ao da democracia representativa moderna.

SOMENTE é correto o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

3. O redimensionamento do papel do Estado na regulação econômica, depois da transnacionalização dos mercados ou da "globalização econômica", refletiu no

- (A) incentivo a políticas de promoção da concorrência e do livre mercado.
- (B) fortalecimento do princípio do Estado e das políticas públicas de promoção social.
- (C) enfraquecimento do direito do consumidor no âmbito nacional.
- (D) abandono dos instrumentos do direito público e do direito privado.
- (E) reforço ao tratamento jurídico formal das relações econômicas.

4. A economia brasileira, nos últimos 5 (cinco) anos, passou por transformações, com enormes conseqüências em vários ramos do direito. Tais conseqüências podem ser identificadas com a

- (A) expansão dos direitos trabalhistas e o reforço do Mercosul.
- (B) estabilização da moeda e, conseqüentemente, o fim das emendas e modificações da Constituição.
- (C) abertura comercial e a estatização da economia.
- (D) desestatização e o surgimento das agências reguladoras.
- (E) retomada das funções empresariais do Estado e o estabelecimento de políticas de controle dos preços.

5. A função da magistratura é tema explorado pela Sociologia Jurídica. Vários estudos, no Brasil e no exterior, procuram traçar um retrato dos juízes e analisar o papel que desempenham na sociedade atual. Esses estudos destacam

- I. os fenômenos da "politização do Judiciário" e da "judicialização da política".
- II. a origem social e a formação do magistrado.
- III. a técnica específica de elaboração das sentenças.
- IV. a hierarquia dos tribunais e o duplo grau de jurisdição.

SOMENTE é correto o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

<p>6. A Sociologia Jurídica e a Filosofia do Direito têm se ocupado do tema "legitimidade da ordem jurídica", enfatizando a</p> <p>(A) validade das normas. (B) técnica do direito. (C) estrutura do direito. (D) existência específica das normas. (E) justificação do direito.</p>	<p>10. Tendo sido o Vice-Presidente da República acusado da prática de ato de improbidade administrativa, tipificado como crime de responsabilidade, e tendo sido autorizada a instauração do respectivo processo, o julgamento ocorrerá perante</p> <p>(A) o Supremo Tribunal Federal. (B) o Superior Tribunal de Justiça. (C) o Congresso Nacional. (D) o Senado Federal. (E) a Câmara dos Deputados.</p>
<p>7. São critérios utilizados pelo jurista para resolver as antinomias normativas aparentes:</p> <p>(A) empírico, analógico e sistemático. (B) expansivo, gramatical e sistemático. (C) hierárquico, cronológico e da especialidade. (D) hierárquico, cronológico e analógico. (E) analógico, literal e da especialidade.</p>	<p>11. A Lei Federal nº 9.472/97, que criou a ANATEL, assim dispõe no <i>caput</i> de seu art. 8º:</p> <p>"Art. 8º. Fica criada a Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais."</p> <p>Considerando o regime jurídico das entidades integrantes da organização administrativa brasileira, a ANATEL</p> <p>(A) não está sujeita ao poder hierárquico do Ministro das Comunicações. (B) não submete suas contas anuais ao Tribunal de Contas da União. (C) está dispensada de realizar licitações para a celebração de seus contratos de obras, serviços, compras e alienações. (D) pode ser extinta por lei específica ou por decreto regulamentar do Presidente da República. (E) tem seus servidores excluídos da vedação constitucional de acumulação de cargos.</p>
<p>8. As transformações da vida econômica e social alteraram a concepção negativa do papel do Estado, que apenas consagrava liberdades, abstendo-se ao máximo de interferir na vida dos indivíduos. Passou-se a entender que o Estado deveria agir, positivamente, para garantir as condições materiais para o desenvolvimento da pessoa humana e mesmo para o exercício das liberdades.</p> <p>Esse texto descreve o ambiente em que o direito positivo passou a consagrar os direitos</p> <p>(A) individuais, chamados de 1ª geração. (B) sociais, ditos de 2ª geração. (C) políticos, chamados instrumentais de cidadania. (D) de solidariedade, ditos de 3ª geração. (E) humanos de caráter internacional, chamados de 4ª geração.</p>	<p>12. Suponha que determinada lei, ao dispor sobre processo administrativo disciplinar, apresentasse a seguinte norma: "A autoridade superior, que haja testemunhado pessoalmente a prática de ato ilícito por servidor público, poderá aplicar imediatamente a penalidade cabível, inclusive de demissão de servidor estável, independentemente da manifestação prévia do acusado." Esta norma seria</p> <p>(A) constitucional, desde que fosse assegurado ao acusado o direito de recorrer administrativamente. (B) inconstitucional, pois a garantia de ampla defesa e contraditório é assegurada pela Constituição Federal aos litigantes em processo administrativo. (C) constitucional, pois são princípios consagrados do processo administrativo o do informalismo e o da verdade material. (D) inconstitucional, pois a aplicação da penalidade de demissão ao servidor estável depende de processo judicial. (E) constitucional, pois o princípio da imparcialidade não se aplica ao processo administrativo.</p>
<p>9. Suponha que as seguintes alternativas correspondam a normas contidas em uma lei federal. Indique a que está de acordo com a Constituição Federal.</p> <p>(A) Fica autorizado o Poder Executivo, por ato privativo e de modo indelegável, a aumentar as alíquotas dos impostos sobre importação, exportação e propriedade territorial rural. (B) O imposto de renda passa a incidir sobre os rendimentos decorrentes de aluguéis cobrados pelos Estados e Municípios. (C) O desatendimento da função social da propriedade imobiliária rural pode levar à cobrança suplementar de imposto de renda de seu proprietário em valor igual ao da propriedade em questão. (D) O imposto sobre produtos industrializados passa a ter alíquotas aumentadas para produtos que devam atravessar fronteiras interestaduais para chegar ao consumidor final. (E) Fica instituída taxa federal de fiscalização de telecomunicações, podendo, desde que verificada a hipótese de incidência, ser cobrada inclusive de igrejas e partidos políticos.</p>	

13. Considere os seguintes dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93:

"Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios."

Assim sendo, subordina-se ao regime dessa Lei a

- (A) contratação de empregados celetistas por uma empresa estatal.
- (B) alienação de um imóvel por uma confederação sindical.
- (C) contratação da reforma de sua sede, por uma fundação de caráter filantrópico, instituída e mantida por particulares.
- (D) contratação, pela Procuradoria Geral da República, de serviços terceirizados de limpeza.
- (E) desapropriação de terras, pela União Federal, para fins de reforma agrária.

14. Pierre, francês, domiciliado no Uruguai, morre em um acidente aéreo no Brasil, viajando em aeronave japonesa, vindo a ser enterrado na Bélgica, onde residem seus herdeiros. Segundo a lei brasileira, o fim da personalidade jurídica de Pierre será determinado pelas regras do direito

- (A) francês.
- (B) uruguaio.
- (C) brasileiro.
- (D) japonês.
- (E) belga.

15. "Quando o testamento foi aberto, Rubião quase caiu para trás. Adivinhais por quê. Era nomeado herdeiro universal do testador. Não cinco, nem dez, nem vinte contos, mas tudo, o capital inteiro, especificados os bens, casas na Corte, uma em Barbacena, escravos, apólices, ações do Banco do Brasil e de outras instituições, jóias, dinheiro amoeado, livros, – tudo finalmente passava às mãos do Rubião, sem desvios, sem deixas, a nenhuma pessoa, nem esmolos, nem dívidas. Uma só condição havia no testamento, a de guardar o herdeiro consigo o seu pobre cachorro Quincas Borba, nome que lhe deu por motivo da grande afeição que lhe tinha. Exigia do dito Rubião que o tratasse como se fosse a ele próprio testador, nada poupando em seu benefício, resguardando-o de moléstias, de fugas, de tudo ou de morte que lhe quisessem dar por maldade; cuidar finalmente como se cão não fosse, mas pessoa humana. Item, impunha-lhe a condição, quando morresse o cachorro, de lhe dar sepultura decente em terreno próprio, que cobriria de flores e plantas cheirosas; e mais desenterraria os ossos do dito cachorro quando fosse tempo idôneo, e os recolheria a uma urna de madeira preciosa para depositá-los no lugar mais honrado da casa". (Machado de Assis. Quincas Borba. cap. XIV)

Analisando o texto acima, e considerando a modalidade do ato jurídico mencionada, é correto afirmar que

- (A) os cuidados com o cão caracterizam encargo e não condição.
- (B) o que o texto denomina condição é termo.
- (C) a morte do cão, por ser condição suspensiva, impedia a aquisição dos bens pelo herdeiro, até que aquele fato ocorresse.
- (D) os cuidados exigidos pelo testador, por serem condição resolutiva, impediam a aquisição da herança, tendo o herdeiro apenas o usufruto.
- (E) os cuidados com o cão caracterizam pressuposição, que é modalidade não prevista na legislação brasileira.

16. "A" adquiriu uma casa, no litoral, com vista para o mar. À frente desta casa, todavia, existe um terreno pertencente a outro proprietário. Se nele for construído um prédio, "A" perderá a vista do mar. Para preservá-la, será necessário

- (A) adquirir a servidão da vista por escritura pública devidamente registrada.
- (B) permanecer na posse de seu imóvel e, decorridos dez (10) anos, adquirir a servidão da vista por usucapião.
- (C) firmar com o vizinho contrato de arrendamento por prazo indeterminado.
- (D) comprar o imóvel vizinho, pois não há outra alternativa para preservar a vista da paisagem.
- (E) embargar eventual construção do vizinho sob o fundamento de direito adquirido àquela vista a partir da compra do imóvel.

<p>17. Na alienação fiduciária em garantia</p> <p>(A) o credor fiduciário não adquire a propriedade do bem.</p> <p>(B) o devedor fiduciante tem a posse direta e o credor fiduciário tem a propriedade do bem e a posse indireta.</p> <p>(C) o credor fiduciário recebe o bem em penhor se se tratar de coisa móvel e em hipoteca, se imóvel.</p> <p>(D) o devedor celebra com o credor contrato de compra e venda com reserva de domínio.</p> <p>(E) a posse e a propriedade do bem pertencem ao credor, sendo o devedor mero usufrutuário, enquanto não pagar a dívida.</p>	<p>20. Uma pessoa, que haja adquirido ações de determinada companhia, tem garantido, como qualquer acionista, o direito essencial de</p> <p>(A) eleger os diretores da companhia.</p> <p>(B) participar dos lucros sociais da companhia.</p> <p>(C) participar do Conselho Fiscal da companhia.</p> <p>(D) receber dividendos todo início de ano.</p> <p>(E) manifestar seu voto em Assembléia Geral Ordinária.</p>
<p>18. Considere as seguintes afirmações em matéria de alimentos:</p> <p>I. O filho menor, que em razão de divórcio consensual ficar sob a guarda da mãe, perde o direito aos alimentos a que o genitor houver se obrigado, caso a mãe venha a contrair segundas núpcias com pessoa que possa sustentá-lo.</p> <p>II. O ascendente que houver se despojado de seus bens a favor da prole, se, na velhice, ficar sem condições de prover o próprio sustento, tem direito a reclamar alimentos dos filhos maiores e capazes até em caráter provisional.</p> <p>III. Dissolvida a união estável por rescisão, será devida assistência material por um dos conviventes ao que dela necessitar, a título de alimentos.</p> <p>IV. O pai que tiver suspenso o pátrio poder por decisão judicial fica desobrigado de pagar alimentos ao filho menor, enquanto durar a suspensão.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) II e IV</p> <p>(E) III e IV</p>	<p>21. Em relação às sociedades comerciais por quotas de responsabilidade limitada é possível afirmar que</p> <p>I. têm somente caráter estatutário.</p> <p>II. seus sócios podem contribuir para a formação do capital social com bens e direitos ou com trabalho.</p> <p>III. poderão adotar denominação ou firma.</p> <p>IV. sua personalidade jurídica autônoma só nasce com o arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) II e IV</p> <p>(E) III e IV</p>
<p>19. Em relação à compra e venda mercantil é correto afirmar que</p> <p>(A) o vendedor só é considerado em mora após sua interpelação.</p> <p>(B) o comprador e o vendedor têm que ser comerciantes.</p> <p>(C) não pode ter por objeto coisa futura.</p> <p>(D) pode ter por objeto bem móvel, semovente e imóvel.</p> <p>(E) só é considerada perfeita e acabada quando o vendedor faz a tradição real da coisa vendida ao comprador.</p>	<p>22. A falta de uma das condições da ação</p> <p>(A) somente pode ser declarada até a sentença, sendo inadmissível o exame da matéria em 2º grau.</p> <p>(B) constitui objeção de mérito e deve ser deduzida em preliminar de contestação.</p> <p>(C) não pode ser reconhecida de ofício, salvo na hipótese de impossibilidade jurídica do pedido.</p> <p>(D) deve ser alegada mediante exceção ou por qualquer outro meio processual.</p> <p>(E) implica a extinção do processo sem julgamento do mérito e pode ser declarada de ofício.</p> <p>23. A fraude de execução</p> <p>(A) torna nula a alienação do bem realizada após a citação no processo de conhecimento.</p> <p>(B) implica simples ineficácia da alienação, não comprometendo a validade do ato.</p> <p>(C) somente se configura se a alienação ocorrer após citação realizada em processo de execução.</p> <p>(D) não pode ser apreciada em embargos de terceiro.</p> <p>(E) não é ato atentatório à dignidade da justiça.</p>

<p>24. A coisa julgada material</p> <p>I. é objeção processual, deve ser deduzida na contestação, como matéria preliminar, não pode ser declarada de ofício, e está sujeita à preclusão temporal.</p> <p>II. constitui pressuposto processual negativo e leva à extinção do processo sem julgamento do mérito, impedindo o reexame da situação jurídica substancial já decidida.</p> <p>III. torna imutável a sentença de mérito e não comporta desconstituição mediante ação autônoma.</p> <p>IV. está objetivamente limitada ao dispositivo da sentença, podendo o objeto do processo ser ampliado mediante ação declaratória incidental, caso em que a imutabilidade alcança a relação jurídica prejudicial.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) II e IV</p> <p>(E) III e IV</p>	<p>26. Em caso de dano causado à empresa pelo empregado, o empregador pode efetuar descontos no seu salário</p> <p>(A) se constatado o dano, independentemente de culpa ou dolo e de ajuste anterior.</p> <p>(B) na hipótese de dolo comprovado do empregado, desde que ajustado previamente.</p> <p>(C) se constatado dolo ou culpa do empregado, independentemente de ajuste anterior.</p> <p>(D) sempre que constatado o dolo do empregado e, no caso de culpa, desde que ajustado previamente.</p> <p>(E) somente na hipótese de dano decorrente de culpa do empregado, devidamente comprovada.</p>
<p>25. Considere as seguintes afirmações sobre alterações do contrato de trabalho:</p> <p>I. É ilícita a alteração contratual que resulte em prejuízo direto ou indireto ao empregado.</p> <p>II. É lícita a alteração contratual, fruto do consenso entre empregado e empregador, independentemente do seu efeito no contrato de trabalho.</p> <p>III. É lícita a alteração contratual decorrente do mútuo consentimento e que não trouxer prejuízo direto ou indireto ao empregado.</p> <p>IV. É ilícita a alteração contratual fruto do consenso entre empregado e empregador, apenas se causar prejuízo direto ao empregado.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) II e IV</p> <p>(E) III e IV</p>	<p>27. Com relação aos adicionais, o empregado que trabalha em condição insalubre e passa a trabalhar também em condição perigosa</p> <p>(A) poderá receber ambos cumulativamente, diante do caráter mais adverso de seu trabalho.</p> <p>(B) poderá receber ambos, mas até o limite máximo de 50% do salário mínimo.</p> <p>(C) deverá optar por um dos dois adicionais.</p> <p>(D) receberá sempre o adicional pago inicialmente.</p> <p>(E) receberá o adicional resultante do que for ajustado por escrito em seu contrato de trabalho.</p> <p>28. Quanto às causas de extinção da punibilidade, é possível afirmar que</p> <p>(A) o dia do começo não se inclui no cômputo do prazo da decadência.</p> <p>(B) no concurso de crimes a prescrição incide sobre a pena total.</p> <p>(C) a perempção ocorre na ação penal pública condicionada.</p> <p>(D) a anistia pode ser concedida por decreto do Presidente da República.</p> <p>(E) a graça constitui medida de caráter individual, dependente de solicitação.</p> <p>29. Na fixação e no cálculo da pena, o juiz NÃO pode</p> <p>(A) reconhecer circunstância atenuante não prevista em lei.</p> <p>(B) estabelecer o regime prisional inicial fechado para o condenado a pena inferior a quatro anos e primário.</p> <p>(C) substituir a pena privativa de liberdade inferior a um ano por multa, em crime sem violência ou grave ameaça à pessoa, se o condenado for reincidente.</p> <p>(D) aplicar o redutor pela tentativa e, em seguida, o acréscimo pela reincidência.</p> <p>(E) conceder a suspensão condicional se o sentenciado foi condenado anteriormente a pena de multa.</p>

<p>30. Considere as seguintes afirmações sobre os crimes contra o patrimônio:</p> <p>I. A receptação não admite a figura privilegiada do delito.</p> <p>II. A apropriação indébita qualificada não admite a suspensão condicional do processo.</p> <p>III. A ação penal é pública incondicionada em relação ao terceiro que auxilia agente a praticar estelionato contra o tio deste último.</p> <p>IV. É cabível arrependimento posterior no crime de dano culposos.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II (B) I e III (C) II e III (D) II e IV (E) III e IV</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões de números 34 a 40 contêm duas afirmações. Assinale, na folha de respostas,</p> <p>(A) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.</p> <p>(B) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.</p> <p>(C) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.</p> <p>(D) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira</p> <p>(E) se as duas são falsas.</p> <p>34. A concussão é crime formal</p> <p>PORQUE</p> <p>exige a ocorrência do resultado para alcançar a consumação.</p>
<p>31. Em hipótese de absolvição proferida em processo iniciado por queixa do ofendido, o Ministério Público</p> <p>(A) poderá apelar da sentença em caso de ação privada subsidiária da pública.</p> <p>(B) poderá apelar da sentença independentemente da espécie da ação penal.</p> <p>(C) nunca poderá apelar da sentença.</p> <p>(D) poderá apelar da sentença em caso de ação privada exclusiva.</p> <p>(E) poderá apelar da sentença em caso de ação privada personalíssima.</p>	<p>35. Nem sempre a intervenção federal nos Estados implica a nomeação de um interventor</p> <p>PORQUE</p> <p>é possível que o decreto interventivo baste para o restabelecimento da normalidade, como no caso de se repelir a invasão de uma unidade da Federação em outra.</p>
<p>32. A revisão criminal, no sistema brasileiro,</p> <p>(A) poderá ser requerida em qualquer tempo, somente enquanto estiver vivo o condenado.</p> <p>(B) é cabível em caso de sentença absolutória transitada em julgado que aplicou medida de segurança.</p> <p>(C) é julgada pelo juiz de direito que proferiu a sentença condenatória a ser revista.</p> <p>(D) não pode ser requerida com pedido cumulado de indenização pelo erro judiciário, a qual deve ser pleiteada no juízo cível.</p> <p>(E) não se presta ao reconhecimento da nulidade do processo condenatório.</p>	<p>36. A imprescritibilidade não é característica de todos os bens públicos imóveis</p> <p>PORQUE</p> <p>o domínio pleno dos terrenos de marinha é passível de usucapião em benefício de particulares.</p>
<p>33. Em relação à prisão e à liberdade durante o processo criminal,</p> <p>I. o Código de Processo Penal regula as prisões temporária, em flagrante e preventiva.</p> <p>II. o Código de Processo Penal regula a liberdade provisória com ou sem fiança.</p> <p>III. a Constituição Federal prevê a prisão preventiva obrigatória para os crimes hediondos.</p> <p>IV. a Constituição Federal prevê a inafiançabilidade do crime de tortura.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II (B) I e III (C) II e III (D) II e IV (E) III e IV</p>	<p>37. A pessoa que possui descendentes não pode gravar todos os bens de sua herança com as cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade</p> <p>PORQUE</p> <p>a parte que compõe a legítima tem de ser transmitida livre de quaisquer dessas restrições.</p>
	<p>38. Segundo o Código de Processo Civil, a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício</p> <p>PORQUE</p> <p>não envolve matéria de ordem pública, devendo ser alegada mediante exceção de incompetência, no prazo legal, sob pena de preclusão e prorrogação.</p>
	<p>39. São obrigatórias a filiação sindical, bem como a manutenção da filiação a sindicato representativo de empregados ou de empregadores</p> <p>PORQUE</p> <p>é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de empregados ou de empregadores, na mesma base territorial.</p>
	<p>40. A interdisciplinaridade tem sido apontada, por certos especialistas, como caminho a ser seguido no estudo do direito</p> <p>PORQUE</p> <p>ênfata a validade técnica das normas jurídicas, especialmente quanto às relações entre ilícitos e sanções.</p>

IMPRESSÕES SOBRE A PROVA

As questões abaixo visam a levantar sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar e também sobre o seu desempenho na prova.

Assinale as alternativas correspondentes à sua opinião e à razão que explica o seu desempenho nos espaços próprios (parte inferior) da Folha de Respostas.

Agradecemos sua colaboração.

41. Qual o ano de conclusão deste seu curso de graduação?

- (A) 2001.
- (B) 2000.
- (C) 1999.
- (D) 1998.
- (E) Outro.

42. Qual o grau de dificuldade desta prova?

- (A) Muito fácil.
- (B) Fácil.
- (C) Médio.
- (D) Difícil.
- (E) Muito Difícil.

43. Quanto à extensão, como você considera a prova?

- (A) Muito longa.
- (B) Longa.
- (C) Adequada.
- (D) Curta.
- (E) Muito curta.

44. Para você, como foi o tempo destinado à resolução da prova?

- (A) Excessivo.
- (B) Pouco mais que suficiente.
- (C) Suficiente.
- (D) Quase suficiente.
- (E) Insuficiente.

45. A que horas você concluiu a prova?

- (A) Antes das 14h30min.
- (B) Aproximadamente às 14h30min.
- (C) Entre 14h30min e 15h30min.
- (D) Entre 15h30min e 16h30min.
- (E) Entre 16h30min e 17h.

46. As questões da prova apresentam enunciados claros e objetivos?

- (A) Sim, todas apresentam.
- (B) Sim, a maioria apresenta.
- (C) Sim, mas apenas cerca de metade apresenta.
- (D) Não, poucas apresentam.
- (E) Não, nenhuma apresenta.

47. Como você considera as informações fornecidas em cada questão para a sua resolução?

- (A) Sempre excessivas.
- (B) Sempre suficientes.
- (C) Suficientes na maioria das vezes.
- (D) Suficientes somente em alguns casos.
- (E) Sempre insuficientes.

48. Como você avalia a adequação da prova aos conteúdos definidos para o Provão/2001, desse curso?

- (A) Totalmente adequada.
- (B) Medianamente adequada.
- (C) Pouco adequada.
- (D) Totalmente inadequada.
- (E) Desconheço os conteúdos definidos para o Provão/2001.

49. Como você avalia a adequação da prova para verificar as habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas durante o curso, conforme definido para o Provão/2001?

- (A) Plenamente adequada.
- (B) Medianamente adequada.
- (C) Pouco adequada.
- (D) Totalmente inadequada.
- (E) Desconheço as habilidades definidas para o Provão/2001.

50. Com que tipo de problema você se deparou *mais freqüentemente* ao responder a esta prova?

- (A) Desconhecimento do conteúdo.
- (B) Forma de abordagem do conteúdo diferente daquela a que estou habituado.
- (C) Falta de motivação para fazer a prova.
- (D) Espaço insuficiente para responder às questões.
- (E) Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.